



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 12 de agosto de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceu a unanimidade dos vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Rubem Lopes Lima, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Whalassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Verificado quórum regimental, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado procedeu à leitura dos versículos de 1 a 5 do capítulo 3 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 3ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Whelberson Lima Brandão solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestariam a presidente da Casa das Artes, Lília Diniz, a professora Regina Célia, representante da Universidade Estadual da Região Tocantina - Uemasul, a vice-presidente da Casa das Artes, Elicleia Dallo, e o secretário de Governo e Projetos Estratégicos, Adonilson Lima, sobre o Dia Nacional das Artes (12 de agosto) e para apresentação e defesa do Projeto de Lei "Tesouros Vivos", que reconhece e valoriza os mestres e mestras da Cultura Popular. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitou ao primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que procedesse à leitura do Ofício Nº 292, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, que solicitava o agendamento de Tribuna Popular, em 12 de agosto, data em que se celebrava o Dia Nacional das Artes, em atenção a pedido da poetisa, produtora cultural e presidente da Associação Cultural da Casa das Artes, Lília Diniz, da jornalista e vice-presidente da Associação Cultural das Artes, Elicleia Dallo, e do professor da Universidade Federal do Maranhão, Rogério Veras. Ao se manifestar na Tribuna Popular, a presidente da Associação Cultural Casa das Artes, Lília Diniz, saudou os presentes e, nesta ocasião, propôs breve intervenção performática alusiva ao Dia Nacional das Artes. Assinalou que, na cultura popular, o canto dialogado convocava o coro a responder, convidando os presentes, em seguida, a acompanharem uma cantiga do lindô, e declarou que daria prosseguimento à sua fala após o momento simbólico de abertura. Instantes depois, declarou que pedia a bênção aos mestres e mestras da tradição, citando, entre outros, Dona Francisca do Lindô (Maria Francisca



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Pereira da Silva) – mestra do lindô e da mangaba em Imperatriz –, Seu Escurinho do Samba, João do Vale (João Batista do Vale) e Dona Teté do Cacuriá (Almerice da Silva Santos), bem como parteiras, benzedeadas e lideranças culturais locais, a exemplo de Dona Zubina, Dona Maria, Mestre Marcelino (vaqueiro/aboio), Mestre Constanço (oleiro), Mestre Ramalho (garrafadas), Mestre João (repentista), Zé da Muda (artesão), Seu Luiz (redeiro), Alice (rede de algodão) e o pajé Manoel Krikati. A propósito, registrou que a reverência se estendia a todos os guardiões de saberes tradicionais que haviam assegurado a memória coletiva e o pertencimento cultural. A seguir, esclareceu o objetivo de sua vinda: apresentar, em nome da Casa das Artes, proposta de projeto de lei voltado a reconhecer e beneficiar mestres e mestras da cultura popular. Explicou que, para os fins da proposição, mestre seria a pessoa detentora de conhecimento tradicional transmitido por observação e prática, e que, nessa perspectiva, se compreendiam ofícios como carpintaria, cerâmica, artesanato, redes de algodão, benzimento, partejar, aboio, samba, cantoria e danças populares. Em continuidade, relatou antecedentes do pleito. Informou que, em 2003, participara no Piauí de encontro nacional de folclore e fogueiras populares, experiência que a sensibilizara para a necessidade de dar visibilidade, em Imperatriz, a quem fazia cultura “na ponta”. Narrou que, em 2008, inscrevera Dona Francisca do Lindô no projeto “Vozes dos Mestres”, em Belo Horizonte; a mestra fora contemplada, mas a equipe enfrentara dificuldades financeiras para custear a viagem. Nessa conjuntura, lembrou que procurara o então secretário de Estado da Cultura do Maranhão, Joãozinho Ribeiro (João Batista Ribeiro Filho), que assegurara apoio institucional para a ida da artista. Contou, ainda, que a própria Dona Francisca sugerira direcionar recursos do prêmio para realizar, em Imperatriz, uma grande festa com os grupos locais; por isso, a Casa das Artes organizara o primeiro Festival de Cultura Popular, realizado em 2008 nas dependências do Graça Aranha. Na mesma linha, ponderou que a trajetória evidenciara a vulnerabilidade socioeconômica de muitos mestres, os quais viviam de aposentadorias modestas, muitas vezes comprometidas por despesas básicas; nessa realidade, acrescentou, os mestres acabavam arcando com fitas, indumentárias e demais custos de suas brincadeiras. Destacou que o Festival de Cultura Popular trabalhava três eixos – fruição, formação e proposição de políticas públicas – e, por meio de parcerias, instituíra premiações anuais aos mestres. A esse respeito, rememorou homenagens conferidas: em 2014, à professora Amparo; em 2018, a Mestre Osório; em 2019, a Mestra Paizinha, paineleira atuante nas “Quatro Bocas”, oportunidade em que renovara apelo para atenção do Poder Público às mulheres daquele território tradicional de preparo de panelada. Assinalou, por fim, que a edição corrente do Festival – a quinta – homenagearia Mestre Genu e Mestre João da Cruz. Ao ensejo, informou que, em anos recentes, parte das atividades do Festival fora executada com recursos da Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), frisando a importância do mecanismo para viabilizar ações culturais no município. No tocante ao teor do projeto de lei, explicou que a proposta não oneraria o orçamento municipal além do já previsto, uma vez que se utilizaria do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - Fumic. Acrescentou que a iniciativa, carinhosamente denominada “Projeto de Lei Mestra Francisca do Lindô”, instituiria: (a) cadastro municipal de mestres e de suas



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

“brincadeiras”/ofícios; (b) edital para seleção com duas categorias – i) registro com bolsa vitalícia equivalente a um salário mínimo e inclusão em “Livro dos Tesouros Vivos”, e ii) certificação com prêmio único; e (c) exigências mínimas como residência em Imperatriz por, ao menos, vinte anos, e atuação comprovada por período não inferior a vinte anos, além da disponibilidade para repasse de saberes quando convocados pela Fundação Cultural. Em seguida, salientou que a seleção seria realizada por comissão específica da Fundação Cultural, com busca ativa e apoio de grupos e organizações culturais. Lembrou que a matéria já havia sido analisada pela Procuradoria do Município em momento anterior e que a Casa das Artes sonhava com a aprovação desde 2016. Por fim, a presidente da Associação Cultural Casa das Artes, Lília Diniz, solicitou o apoio dos vereadores e vereadoras para a aprovação do projeto, registrou agradecimentos aos artistas presentes – entre os quais integrantes da Companhia Sotaque e colaboradores da Casa das Artes – e concluiu agradecendo a oportunidade, reiterando a relevância do reconhecimento público e financeiro aos guardiões de saberes tradicionais. Ao se manifestar na Tribuna Popular, a vice-presidente da Associação Cultural Casa das Artes, Elicléia Dallo, saudou vereadoras, vereadores e público, agradecendo o espaço e o apoio parlamentar, e, nesta oportunidade, apresentou breve relato de sua trajetória pessoal: afirmou ter-se formado como artesã “pela vida”, antes de cursar Jornalismo e História, e realçou que sua vivência cultural começara na infância, em ambientes escolares, comunitários e religiosos, circunstâncias que, segundo ponderou, haviam sido decisivas para sua formação. A seguir, alinhavou o eixo de sua fala por meio de uma indagação retórica: “o que mataria um mestre da cultura popular?”. Avaliou que o esquecimento destruiria legados, mas sublinhou que o maior risco residia em o mestre “nem chegar a nascer”, isto é, em não haver condições para que novos guardiões de saberes emergissem. Explicou que um mestre nascia da vivência comunitária e citou, como exemplos, a trajetória do coordenador Nildo Lima, no Boi Bem Querer, e a continuidade dada pela família de Dona Francisca do Lindô às tradições por ela difundidas. Em seguida, discorreu sobre políticas culturais, assinalando que, conquanto eventos de calendário – a exemplo do São João, do Carnaval, do Natal e de festividades de praia – tivessem seu valor, persistia um viés “de cidade de eventos”, com lacunas no investimento de base em comunidades e escolas. Nessa perspectiva, defendeu que o Poder Público fortalecesse a cultura nos bairros, para além da fruição, por meio de formação continuada e de oficinas permanentes – como de tambor de crioula e de cacuriá –, observando que a Casa das Artes já exercia, em parte, esse papel. Logo depois, exortou o Parlamento a assumir responsabilidade: solicitou que vereadoras e vereadores propusessem e apoiassem iniciativas estruturantes, registrando agradecimentos ao apoio já manifestado. Na mesma linha, observou que grupos culturais locais muitas vezes eram lembrados apenas no período junino, embora atuassem o ano inteiro; citou, entre outros, o Grupo Kizomba, a Companhia Sotaque, a Casa do Hip Hop, o Boi Bem Querer, o Boi Vitória e a “Junina” coordenada por Dona Judite, ressaltando que se tratava de trabalhadores da cultura, cuja atividade demandava tempo, ensino de ofícios e continuidade. Nessa oportunidade, criticou a insuficiência de espaços públicos para formação e fruição cultural. Avaliou que o Teatro Ferreira Gullar se mostrava de capacidade e estrutura



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

limitadas para certas demandas e lamentou a inexistência de um centro cultural municipal de grande porte. Destacou o Centro Cultural Tatajuba como iniciativa privada relevante e mencionou imóveis públicos que, segundo narrou, permaneciam subutilizados ou sem destinação cultural efetiva, a exemplo do antigo prédio da Companhia de Saneamento e do prédio que abrigara a Fundação Cultural/biblioteca, defendendo que fossem convertidos em equipamentos culturais. Instantes depois, apresentou convite e calendário do Festival de Cultura Popular promovido pela Casa das Artes, esclarecendo que a Tribuna Popular integrava as primeiras ações da edição corrente e informou a realização de extensa programação do evento. Por fim, a vice-presidente da Associação Cultural Casa das Artes, Elicléia Dallo, reiterou o pedido de olhar atento às comunidades, sublinhando que a efetividade da política cultural exigiria projetos de lei com vigência intergestões, a manutenção de oficinas e o mapeamento/apoio a grupos folclóricos e de dança de toda a cidade. Ao se pronunciar na Tribuna Popular, o secretário de Governo e Projetos Estratégicos, Adonilson Lima, cumprimentou o presidente da Câmara, Adhemar Alves de Freitas Júnior, as vereadoras e os vereadores, e destacou a importância da iniciativa que motivara o debate, ressaltando o caráter popular da proposição. Agradeceu, de modo especial, aos vereadores Whallassy Oliveira Barros e Renata Sousa Nascimento (Renata Morena), proponentes da matéria, bem como à Casa das Artes, a quem reconheceu como guardiã da cultura local. Em seguida, lembrou que, nos dias 23 e 24 de agosto, seria realizado o Festival de Cultura Popular de Imperatriz, oportunidade em que a cidade poderia refletir sobre o “saber” e o “fazer” das manifestações culturais, favorecendo o entrelaçamento de atividades artísticas e tradicionais. Afirmou que, por parte da gestão municipal e do prefeito Rildo de Oliveira Amaral, havia disposição de apoiar, incentivar, auxiliar e participar das ações culturais, e que a relação de parceria entre a administração pública e a sociedade civil se mostrava frutífera. Na mesma linha, fez referência ao debate sobre o projeto de lei apresentado anteriormente pela Casa das Artes, que não tivera andamento em razão de impedimentos formais relacionados à criação de despesas pelo Legislativo. Explicou que a matéria não prosperara por ausência de sensibilidade política à época, mas ressaltou que o cenário atual era distinto, uma vez que a gestão municipal e a presidência da Câmara partilhavam o compromisso de reconhecer e valorizar os guardiões da cultura popular. Acrescentou que a proposição se configurava como medida de resgate e de reparação histórica, destinada a assegurar condições dignas de sobrevivência a mestres e mestras da cultura, como sanfoneiros, canoeiros, benzedeiros e artesãos, reconhecendo que seus saberes haviam contribuído para a construção da história coletiva. Assinalou que a Constituição Federal assegurava o direito à cultura e a participação de todos, razão pela qual Imperatriz, ao aprovar o projeto, se alinharia a experiências de cidades progressistas do país. Por fim, o secretário de Governo e Projetos Estratégicos, Adonilson Lima, declarou que o Legislativo não deveria se furtar à aprovação do futuro projeto de lei a ser encaminhado pelo Executivo, o qual organizaria o cadastro de mestres e mestras e lhes concederia um benefício como forma de compensação por suas contribuições à cultura local. Enfatizou que a medida representaria não apenas um reconhecimento financeiro, mas sobretudo uma homenagem pública àqueles que pensaram e fizeram



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

cultura na cidade, concluindo sua fala com um “viva à cultura de Imperatriz”. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença, na Galeria, do sanfoneiro Pedro Bispo e do jornalista Carlos Leen. Ao se pronunciar na Tribuna Popular, o vereador Whalassy de Oliveira Barros declarou sua satisfação em participar do momento e, em tom reflexivo, questionou quem sucederia figuras como Lília Diniz e ele próprio na continuidade da valorização cultural da cidade. Em seguida, ponderou sobre a necessidade de fomentar a cultura, transmitir sua mensagem e assegurar que essa trajetória se consolidasse como parte da história de Imperatriz. Parabenizou Adonilson Lima, a professora Regina Célia e demais participantes do debate, ressaltando a importância do engajamento coletivo. Por fim, o vereador Whalassy de Oliveira Barros afirmou que a Câmara Municipal tinha como missão promover transformações em todas as áreas da vida social, mas sublinhou que a cultura deveria ser sempre reconhecida como pilar fundamental de formação, de compreensão da realidade e de preservação das memórias da comunidade. Ao fazer uso da Tribuna Popular, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos cumprimentou o presidente da Câmara, os vereadores e demais presentes, declarando que sua fala se voltaria ao que considerava essencial para a valorização da cultura em Imperatriz. De início, destacou a disparidade entre o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura – que ultrapassava 115 milhões de reais – e a realidade da segunda maior cidade do Maranhão, onde, segundo observou, havia apenas um São João de três dias, sem possibilidade de se comparar ao de São Luís, realizado por sessenta dias. Relatou que, quando esteve à frente da Diretoria de Cultura do Estado, conseguira resgatar o festejo junino local, proporcionando à cidade uma celebração mais condizente com sua importância. Recordou, ainda, o êxito do projeto “Lava Prato”, que se consolidara como o maior do Maranhão e demonstrara a força cultural e o potencial econômico de Imperatriz. Em seguida, afirmou que a efetividade das políticas públicas dependia de articulação política e cobrança efetiva, ressaltando que a simples retórica não seria suficiente. Denunciou que recursos das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc vinham sendo, em alguns casos, mal aplicados ou direcionados a pessoas que agiam de má fé, enquanto fazedores de cultura da ponta continuavam sem apoio. Destacou, também, sua trajetória como sucessor de Lília Diniz na gestão cultural, frisando que, apesar do empenho e de alguns incentivos privados, os recursos destinados ao setor eram insuficientes para atender às necessidades da cidade. Acrescentou que, embora o governo estadual tivesse oferecido apoio, este permanecia aquém da riqueza cultural de Imperatriz. Na mesma linha, criticou a dependência dos grupos culturais em relação a favores políticos, apontando que muitas vezes se viam obrigados a “passar o pires” em busca de apoio, ficando vulneráveis a práticas clientelistas. Defendeu, por isso, que a cultura fosse tratada como prioridade de Estado, tal como saúde, educação e infraestrutura, e propôs que Executivo e Legislativo municipais construíssem, em conjunto, um projeto a ser apresentado aos candidatos ao governo estadual, exigindo um olhar diferenciado para o setor. Ao abordar os impactos positivos do projeto Lava Prato, ressaltou que, com investimento de dois a três milhões de reais, fora possível gerar quinze a vinte milhões em retorno, incluindo a participação de cidades vizinhas como Açailândia, Davinópolis, Governador Edson Lobão e João Lisboa, o que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

demonstrava o potencial de geração de emprego, renda e fortalecimento cultural. Nesse sentido, citou o exemplo de grupos locais, como o coordenado por Adilson, e de quadrilheiros que, para obter transporte ou apoio mínimo, precisavam recorrer à Tribuna Popular. Questionou até quando a Câmara permaneceria apenas no discurso, sem ações concretas em favor da cultura. Por fim, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos advertiu que a ausência de investimento e de políticas de longo prazo poderia levar ao apagamento da memória cultural, a exemplo da possibilidade de que, em breve, as novas gerações desconhecêssem o legado de figuras como Lília Diniz ou mesmo Frei Epifânio, confundindo sua identidade com outras referências alheias à história local. Encerrou enfatizando que a cultura de Imperatriz merecia mais representatividade e apoio, tanto em nível municipal quanto estadual. Ao se pronunciar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, agradeceu a presença de Lília Diniz, da professora Regina Célia, da jornalista Elicléia Dallo e de Adonilson Lima, pelo comparecimento para expor aos parlamentares e à cidade de Imperatriz a proposta de reconhecimento aos “tesouros vivos” – mestres e mestras da cultura popular – como forma de valorização dos saberes tradicionais. Em seguida, ponderou que a sociedade deveria reconhecer aqueles que faziam cultura cotidianamente e, não raro, permaneciam no anonimato; frisou que, sem os fazedores de cultura, Imperatriz não teria “uma história bonita a ser contada”. Relatou ter visitado, mais cedo, as obras da Catedral de Nossa Senhora de Fátima, ressaltando a atenção do bispo diocesano a cada detalhe do templo, inclusive a destinação de espaço para resguardar a memória da fundação da cidade, de seus benfeitores e da própria igreja, como expressão da cultura local. Na sequência, parabenizou a escolha do tema e agradeceu às senhoras e aos senhores pela partilha de conhecimentos, assinalando a pertinência do debate. Por fim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitou ao servidor Fábio Santos Barbosa a projeção, no sistema de mídia do Plenário, do convite do evento referido da Casa da Cultura, previsto para os dias 23 e 24 de agosto, na Praça da Bíblia. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava do Ofício Convite, de 11 de agosto, da vereadora Renata Sousa Nascimento, que, na qualidade de procuradora da mulher da Câmara Municipal, convidava a participar, em 14 de agosto, a partir das 16h30min, da Caminhada pela Vida das Mulheres, que teria concentração inicial em frente ao Fórum Henrique de la Roque, parada em frente à Câmara Municipal e encerramento na Concha Acústica da Av. Beira-Rio. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Lei Ordinária nº 68/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, que “Dispõe sobre o tombamento do Arraial da Mira como bem de valor histórico, artístico, cultural e imaterial do Município de Imperatriz - MA e dá outras providências”; Lei Ordinária nº 69/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, que “Dispõe sobre a proibição da suspensão ou interrupção do serviço de acesso à internet, por inadimplemento, durante fins de semana, feriados nacionais, estaduais e



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

municipais, e dá outras providências”; Decreto Legislativo nº 22/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que “Outorga o Título de Cidadão Imperatrizense, ao Sr. Ernâni Magno de Freitas”; e Decreto Legislativo nº 23/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que “Outorga o Título de Cidadão Imperatrizense ao Sr. Aloísio Pedro Heringer”. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias às referidas Comissões Permanentes. Nesta ocasião, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou a retirada da Pauta Indicação nº 616/2025, a pedido do autor, Mesaac Cirqueira Santiago [ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação asfáltica ou bloqueamento, com drenagem profunda, meios-fios e sarjetas, das Ruas 3 (Gaspar Dutra), 5 (Gonçalves Dias) e 7 (Magalhães de Almeida), na Vila Zenira, na região da Grande Vila Cafeteira]. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, procedeu à leitura das ementas das Indicações constantes do Expediente da Casa, que abrangia treze Indicações: nº 141/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parcerias para o bloqueamento, com drenagem, meios-fios e sarjetas, das ruas da Vila Davi, a pedido da Associação dos Amigos e Amigas Moradores da Vila Davi; nº 247/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da pavimentação, com bloquetes, da Rua 2 de Julho, Parque do Buriti; nº 571/2025, de autoria do vereador Adhemar Freitas, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da implantação da academia da saúde no Conjunto Residencial Dom Afonso Felipe Gregory, na região do Grande Bom Jesus; nº 632/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao ministro do Esporte, André Luiz Carvalho Ribeiro (Fufuca), à senadora Ana Paula Lobato, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para a pavimentação da Rua do Campo, no Bairro Bom Jesus; nº 640/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da construção de uma creche municipal na Vila Vitória. (Registre-se que esse pedido já havia sido aprovado, em 19 de março de 2025, por meio da Indicação nº 272/2025); nº 654/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para a criação e ativação do segundo terminal rodoviário da cidade, na sede da antiga rodoviária; nº 669/2025, de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da instalação de nova caixa d’água no povoado Açaizal, na Estrada do Arroz, acompanhada de estrutura adequada que garanta sua sustentação com segurança e estabilidade. (Recomenda-se, ainda, a verificação e, se necessário, a instalação de toda a tubulação necessária ao eficaz abastecimento e distribuição de água no local, em conformidade



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

com as normas técnicas vigentes); Nº 673/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da construção de creche no espaço onde se localiza a quadra poliesportiva da Vila Independência, anexa à Escola Municipal Pedro Abreu; Nº 678/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para o bloqueamento ou asfaltamento, com drenagem, meios-fios e sarjetas, das Ruas Cisne, Tupi e Tupã, na Vila Redenção; Nº 688/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, à secretária Municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da firmação de parceria a fim de promover a disponibilização de *kits* de primeiros socorros em todas as escolas públicas municipais e do treinamento básico dos profissionais dessas unidades de ensino; Nº 689/2025, de autoria do vereador Adriano Lima Brito, ao deputado federal Aluísio Guimarães Mendes Filho, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da aquisição da área localizada no Parque Anhanguera conhecida como Campo do Magal, com a finalidade da construção de complexo esportivo composto por: campo de futebol *society* ou tradicional, academia ao ar livre, pista de *cooper* (caminhada e corrida), espaço de convivência e lazer comunitário; Nº 586/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Trânsito e Transporte, Eliude Pereira Sales, da implantação de faixa de pedestres, com redutor de velocidade, na Av. Ceará, entre as Ruas Rui Barbosa e Gonçalves Dias, no Bairro Juçara. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, repassou a presidência da Sessão ao primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos. Nesta ocasião, em virtude do horário adiantado, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa sugeriu ao primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, a apreciação, em bloco, das Indicações constantes da Pauta, proposta que este submeteu a votação, quando foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão as Indicações constantes da Pauta. O vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos ressaltou que sua proposição (Indicação nº 141/2025), dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, objetivava firmar parcerias para o bloqueamento das ruas da Vila Davi, com drenagem, meios-fios e sarjetas, a pedido da Associação de Moradores. Argumentou que aquela comunidade, desde sua fundação, sofria com a ausência de políticas públicas, necessitando urgentemente da atuação do poder público. Na sequência, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz parabenizou o autor e adiantou voto favorável, solicitando a subscrição da matéria. Enfatizou a necessidade de atenção ao bairro, especialmente quanto ao fornecimento de água, cuja problemática persistia mesmo após a perfuração de poço pelo Governo do Estado. Sugeriu, ainda, visitas conjuntas ao secretário de Infraestrutura, à Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - Caema e à Equatorial Energia S. A. para tratar das



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

demandas da Vila Davi. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Alcemir da Conceição Costa, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Whalassy de Oliveira Barros e Adriano Lima Brito. Logo depois, o vereador Alcemir da Conceição Costa avaliou que a Indicação era pertinente, salientando a precariedade histórica da comunidade e defendendo a continuidade do processo de regularização fundiária, iniciado em gestões anteriores, com vistas à entrega de títulos definitivos de propriedade. Declarou apoio e pediu para subscrever a proposição. Na oportunidade, o vereador Alcemir da Conceição Costa defendeu sua Indicação nº 586/2025, que requeria à Superintendência Municipal de Trânsito e Transporte a implantação de faixa de pedestres na Avenida Ceará, entre as Ruas Rui Barbosa e Gonçalves Dias, em frente ao Supermercado Apreço, com redutor de velocidade, a fim de aumentar a segurança de transeuntes e motoristas. Ao fazerem uso da palavra, o vereador Jhony dos Santos Silva se dispôs a subscrever a matéria. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, por sua vez, defendeu a Indicação nº 688/2025, destinada à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde, que visava à disponibilização de kits de primeiros socorros em todas as escolas públicas municipais, acompanhada do treinamento dos profissionais da rede. Em seguida, o vereador Adriano Lima Brito destacou a relevância de sua Indicação nº 689/2025, voltada ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao deputado federal Aluísio Mendes e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, no sentido da aquisição da área conhecida como Campo do Magal, no Parque Anhanguera, para a construção de complexo esportivo com campo de futebol, academia ao ar livre, pista de cooper e espaços de lazer comunitário. Argumentou que o bairro, apesar de populoso, carecia de equipamentos esportivos públicos, frisando que a proposta representaria antiga reivindicação dos moradores. O vereador Whelberson Lima Brandão, autor da Indicação nº 247/2025, lembrou que já houvera reiterado a necessidade de pavimentação em bloquetes da Rua 2 de Julho, no Parque do Buriti. Frisou que, embora parte da via tivesse sido pavimentada por meio de emenda parlamentar, restava ainda um quarteirão sem execução, motivo pelo qual reforçava a solicitação ao Executivo. Na ocasião, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz parabenizou os colegas pelas iniciativas, solicitou a subscrição das Indicações nº 689/2025 e nº 247/2025 e sugeriu a inclusão da Rua Trindade, situada no mesmo setor, aproveitando a mobilização de equipes e equipamentos já demandados para a Rua 2 de Julho. A vereadora Terezinha de Oliveira Santos apresentou a Indicação nº 669/2025, dirigida ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando a instalação de nova caixa d'água, com estrutura adequada, no povoado Açaizal, Estrada do Arroz, além da verificação da tubulação existente. Argumentou que a população local sofria com o abastecimento precário e que o problema precisava de solução urgente. Na mesma sessão, o vereador Francisco Messias da Silva defendeu a Indicação nº 673/2025, à secretária municipal de Educação, solicitando a construção de uma creche na Vila Independência, no espaço da quadra poliesportiva anexa à Escola Municipal Pedro Abreu. Justificou que o bairro apresentava crescimento contínuo no número de crianças, sem dispor de unidades de educação infantil suficientes. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Terezinha de Oliveira Santos, Renata



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Sousa Nascimento e Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa. O vereador Jhony dos Santos Silva, autor da Indicação nº 678/2025, pleiteou ao Executivo e a parlamentares a pavimentação ou asfaltamento, com drenagem e meios-fios, das Ruas Cisne, Tupi e Tupã, na Vila Redenção. Relatou que os moradores sofriam **havia mais de vinte anos** com a impossibilidade de tráfego de veículos, sendo urgente a realização de obras estruturais. Recebeu manifestações de apoio dos vereadores Amauri Alberto Pereira de Sousa, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa e Alcemir da Conceição Costa, que ressaltaram a gravidade da situação, bem como a necessidade de união da Câmara para pressionar a execução. A vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa requereu subcrever todas as Indicações apresentadas, frisando a importância da celeridade na execução das proposições já aprovadas pela Câmara. O vereador Mesaac Cirqueira Santiago destacou a execução de serviços recentes em vias da cidade, agradecendo aos gestores responsáveis, mas reforçando que outros bairros, como Santa Rita, ainda aguardavam providências. Por fim, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior submeteu à votação, em bloco, as Indicações de nºs 141, 247, 571, 632, 669, 673, 678, 688, 689 e 586/2025, todas aprovadas por unanimidade dos vereadores presentes. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveram os edis: Whelber-son Lima Brandão e Elias Ferreira de Holanda Júnior. Ao se dirigir à Tribuna, o vereador Whelber-son Lima Brandão iniciou cumprimentando os presentes e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Nesta ocasião, declarou seu reconhecimento à gestão municipal, destacando que, em sua avaliação, Imperatriz vivia um momento inédito na área da infraestrutura. Ressaltou a parceria estabelecida pelo prefeito Rildo de Oliveira Amaral com o governador Carlos Orleans Brandão Júnior e com o ministro André Luiz Carvalho Ribeiro (Fufuca), frisando que diversas ruas já haviam sido pavimentadas e que os serviços de recapeamento vinham sendo executados de forma contínua. O vereador relatou que, em diálogo recente com motoristas de aplicativo, ouvira elogios à atual gestão, especialmente quanto à sinalização viária e à execução de obras asfálticas. Informou que, no Grande Bacuri, havia naquele momento três frentes de serviço em andamento: na Rua 4, com pavimentação e recapeamento; na estrada da Praia do Cacau, com recapeamento; e na Rua Dom Pedro II, via considerada estratégica para o acesso ao centro da cidade. Em seguida, enumerou ruas que já haviam recebido recapeamento: Rafael de Almeida, Simplício Moreira, Godofredo Viana, Oswaldo Cruz, Piauí, Euclides da Cunha, Bandeirante, Henrique Dias, Tupinambá, Coriolano Milhomem, Ernesto Geisel, Castelo Branco, Rio Branco e General Gurjão. Sublinhou que tais ações representavam importante avanço para a mobilidade urbana e a qualidade de vida dos moradores. O parlamentar também agradeceu ao ex-vereador Bebê Taxista, atualmente atuando na Superintendência de Limpeza Pública, pelo mutirão realizado no Parque Anhanguera, que compreendia limpeza de calçadas, pintura de meios-fios e recolhimento de resíduos volumosos. Acrescentou que o presidente da Câmara, Adhemar Alves de Freitas Júnior, estivera presente na ocasião e testemunhara os resultados. Na oportunidade, registrou agradecimentos ao superintendente de Iluminação Pública, Diego Ferrari, pelo serviço de modernização da iluminação em ruas do Grande Bacuri, como



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Simplicio Moreira e Rafael de Almeida, que haviam recebido luminárias de LED. Por fim, o parlamentar Whelberson Lima Brandão enfatizou que a gestão do prefeito Rildo de Oliveira Amaral, em apenas sete meses, já mostrava avanços expressivos, com obras alcançando também a Estrada do Arroz e povoados da zona rural, como Vila Conceição I e II e Olho d'Água. Concluiu afirmando que a cidade de Imperatriz vinha conquistando melhorias diárias em sua infraestrutura urbana e desejou bênçãos a todos. Ao se pronunciar no Grande Expediente, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior levou à Tribuna pauta relacionada à situação da saúde pública municipal. Declarou que, apesar dos avanços registrados na gestão, havia recebido denúncias graves envolvendo servidores concursados do Hospital Municipal de Imperatriz - HMI (Socorrão), notadamente enfermeiros e técnicos de enfermagem com mais de vinte anos de serviços prestados, que haviam sido surpreendidos ao serem colocados à disposição sem esclarecimento de motivos. Informou ter buscado, pela manhã, a Secretaria de Saúde, mas não obtivera explicações convincentes, e ressaltou que não se poderia tratar servidores experientes de forma desrespeitosa, uma vez que constituíam a base do funcionamento do hospital. Em aparte, o vereador Adriano Lima Brito parabenizou o colega pela postura e pela preocupação com a saúde pública, considerando grave a denúncia trazida. Assinalou que não fazia sentido alegar excesso de servidores no Socorrão quando a população se queixava constantemente da falta de atendimento e de serviços. Afirmou que se somaria ao colega na missão de fiscalizar e de cobrar providências, levantando suspeita de que os concursados estariam sendo retirados para dar lugar a terceirizados. Na sequência, o vereador João Ferreira da Gama Júnior manifestou apoio à denúncia e à fiscalização, ponderando que o argumento de economia não se sustentava, uma vez que permanecia a dúvida sobre o destino dos servidores remanejados. Questionou a ausência de informações oficiais e reiterou a necessidade de esclarecimento sobre quantos trabalhadores estariam sendo atingidos. Também em aparte, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa também se solidarizou, afirmando que não havia qualquer nota explicativa da Secretaria de Saúde, o que gerava insegurança a dezenas de famílias. Recordou a defesa histórica do então vereador e atual secretário Flamarion Amaral pelos servidores, e cobrou que ele se manifestasse perante a população. Retomando a palavra, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior enfatizou que tratava-se de pais de família comprometidos, que haviam organizado suas vidas a partir da estabilidade no serviço público, e que não podiam ser remanejados de forma abrupta. Em novo aparte, o vereador João Ferreira da Gama Júnior acrescentou que o sindicato da saúde e o Ministério Público deveriam ser chamados a participar da discussão, uma vez que o número de servidores atingidos era expressivo e não havia transparência sobre o processo. Concedido-lhe aparte, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, presidente da Comissão de Saúde, relatou que já havia buscado informações junto à direção do hospital, a qual mencionara excesso de técnicos administrativos. Contudo, observou que o remanejamento também atingira enfermeiros e outros profissionais. Destacou a necessidade de que os servidores fossem informados previamente sobre seus novos locais de trabalho e garantidos em sua remuneração. Propôs que a Comissão de Saúde, acompanhada de outros vereadores, fosse até a Secretaria para obter

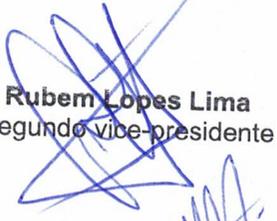


ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

esclarecimentos formais. O vereador Alcemir da Conceição Costa apoiou a sugestão, ressaltando que a função do vereador também era buscar soluções que contemplassem tanto a administração pública quanto os servidores. O vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho reforçou sua disposição de acompanhar a Comissão, ponderando que mudanças administrativas eram constitucionais, mas que se fazia necessário compreender se tais medidas beneficiariam de fato a população ou apenas atenderiam a interesses de gestão. Ao retomar a palavra, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior reafirmou seu compromisso com a saúde e com a defesa dos servidores, lembrando sua trajetória como médico e sua responsabilidade em representar a categoria. Ao se manifestar, o vereador Rubem Lopes Lima questionou a ausência da líder do governo no debate e afirmou que era preciso investigar as causas reais da medida. Em nova intervenção, o vereador Jhony dos Santos Silva aproveitou para registrar que, na sessão seguinte, haveria Tribuna Popular com representantes da categoria dos mototaxistas, convidando os parlamentares à participação. Na sequência, o vereador Aurélio Gomes da Silva informou que ocorreria também tribuna com a Pastoral Familiar da Igreja Católica, quando solicitou aos colegas que comparecessem cedo ao evento para evitar atraso. Por fim, o vereador Jhony dos Santos Silva destacou obras na Vila Redenção realizadas com o apoio do deputado federal Josivaldo JP [Josivaldo dos Santos Melo], agradecendo o empenho do parlamentar. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 12 de agosto de 2025.


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente


Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente


Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário


Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário